

Logística Ambiental de São Paulo S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações dos valores adicionados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
CEP 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone

55 (11) 3940-1500

Fax

55 (11) 3940-1501

Internet

www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Logística Ambiental de São Paulo S.A. - LOGA em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 01 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Mateus de Lima Soares
Contador CRC RJ-079681/O-0

Logística Ambiental De São Paulo S.A. - Loga

CNPJ: 07.032.886/0001-02

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2015	2014		Nota explicativa	2015	2014
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	49.430	23.063	Fornecedores e outras contas a pagar	15	48.544	47.288
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	11	46.444	51.600	Empréstimos e financiamentos	16	22.675	62.967
Estoques		1.808	1.582	Debêntures	17	1.032	-
Imposto a recuperar	12	3.313	15.157	Salários, benefícios e encargos	18	16.886	15.376
Adiantamento à fornecedores		<u>2.092</u>	<u>3.624</u>	Impostos, taxas e contribuições a recolher	19	12.496	15.375
Total do ativo circulante		103.087	95.026	Imposto de renda e contribuição social		126	-
Não circulante				Obrigações contratuais		4.834	2.565
Contas a Receber de clientes e outros créditos	11	53.318	50.645	Dividendos a pagar		<u>2.455</u>	<u>-</u>
Ativo fiscal diferido	13	7.428	6.966	Total do passivo circulante		109.048	143.571
Depósitos judiciais		<u>8.843</u>	<u>8.981</u>	Não circulante			
Total do realizável a longo prazo		69.589	66.592	Empréstimos e Financiamentos	16	39.627	52.433
Imobilizado	14	59.033	67.226	Debêntures	17	50.000	-
Intangível		<u>452</u>	<u>650</u>	Provisões	20	4.322	3.855
		<u>59.485</u>	<u>67.876</u>	Passivo fiscal diferido	13	<u>5.256</u>	<u>5.129</u>
Total do ativo não circulante		129.074	134.468	Total do passivo não circulante		99.205	61.417
				Patrimônio líquido			
Total do ativo		232.161	229.494	Capital Social	22	19.923	19.923
				Reserva Legal		3.985	3.985
				Reserva de lucros		-	598
				Total do patrimônio líquido		23.908	24.506
				Total do passivo e patrimônio líquido		232.161	229.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Logística Ambiental De São Paulo S.A. - Loga

CNPJ: 07.032.886/0001-02

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares reais)

	Nota explicativa	2015	2014
Receita bruta de serviços prestados	23	472.709	450.623
Impostos incidentes sobre serviços prestados	23	<u>(67.192)</u>	<u>(61.459)</u>
Receita operacional líquida	23	405.517	389.164
Custo dos serviços prestados	24	<u>(343.603)</u>	<u>(347.059)</u>
Lucro bruto		<u>61.914</u>	<u>42.105</u>
Despesas comerciais	25	(335)	(3.493)
Despesas gerais e administrativas	26	(26.710)	(20.810)
Outras receitas e despesas operacionais	27	<u>(2.934)</u>	<u>(1.970)</u>
Receitas/ (despesas) operacionais		<u>(29.979)</u>	<u>(26.273)</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		31.935	15.832
Receitas financeiras	28	4.393	2.177
Despesas financeiras	28	<u>(15.023)</u>	<u>(9.613)</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>(10.630)</u>	<u>(7.436)</u>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		<u>21.305</u>	<u>8.396</u>
Corrente	13	(7.582)	(2.855)
Diferido	13	<u>335</u>	<u>417</u>
Lucro líquido do exercício		<u>14.058</u>	<u>5.958</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Logística Ambiental De São Paulo S.A. - Loga

CNPJ: 07.032.886/0001-02

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	<u>14.058</u>	<u>5.958</u>
Resultado abrangente total	14.058	5.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Logística Ambiental De São Paulo S.A. - Loga

CNPJ: 07.032.886/0001-02

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>		Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>60.650</u>	<u>(40.727)</u>	<u>3.985</u>	<u>879</u>	<u>-</u>	<u>24.787</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.958	5.958
Reserva de lucros	-	-	-	5.958	(5.958)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.239)	-	(1.239)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(5.000)	-	(5.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>60.650</u>	<u>(40.727)</u>	<u>3.985</u>	<u>598</u>	<u>-</u>	<u>24.506</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.058	14.058
Reserva de lucros	-	-	-	14.058	(14.058)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(14.656)	-	(14.656)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>60.650</u>	<u>(40.727)</u>	<u>3.985</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.908</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Logística Ambiental De São Paulo S.A. - Loga

CNPJ: 07.032.886/0001-02

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		14.058	5.958
Depreciação e amortização do imobilizado/intangível		13.646	11.451
Encargos financeiros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos e debêntures		13.779	8.576
Provisão para programa de conscientização		-	(1.464)
Provisão para contingências	20a	2.839	2.108
Imposto de Renda e contribuição social		7.247	2.438
Valor residual do ativo imobilizado/intangível baixado	14	33	7.053
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	11	4.708	(940)
Ativo Financeiro	30b	(1.225)	(19.310)
Impostos corrente	12	11.844	(11.706)
Partes relacionadas	21	127	(113)
Estoques		(226)	753
Outros créditos	11	(1.127)	(1.731)
Depósitos judiciais		(146)	1.551
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.731)	2.889
Adiantamento de fornecedores		1.532	(382)
Salários, provisões trabalhistas e encargos sociais	18	1.510	2.139
Impostos, taxas e contribuições	19	(2.879)	887
Imposto de renda e contribuição social		(7.457)	(3.882)
Partes relacionadas		2.987	4.951
Pagamento de contingências	20a	(2.088)	(1.450)
Outras provisões e obrigações contratuais		2.273	349
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		59.704	10.125
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	14	(5.235)	(24.668)
Adições ao intangível		(50)	(176)
Caixa líquido atividades de investimento		(5.285)	(24.844)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de financiamentos - terceiros		19.656	85.155
Juros pagos		(11.093)	(5.970)
Debêntures	17	50.000	-
Pagamento de financiamentos		(74.414)	(52.819)
Pagamento de juros sobre capital próprio		-	(1.239)
Pagamento de dividendos		(12.201)	(8.747)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(28.052)	16.380
Aumento (redução) líquido(a) do saldo de disponibilidades		26.367	1.661
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	10	23.063	21.402
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	10	49.430	23.063
		26.367	1.661

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Logística Ambiental De São Paulo S.A. - Loga

CNPJ: 07.032.886/0001-02

Demonstrações dos valores adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2015	2014
Receitas		472.824	444.065
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	23	472.709	443.603
Outras receitas		1.477	466
Perda efetiva de contas a receber		(1.362)	(4)
Insumos adquiridos de terceiros		(238.725)	(246.422)
Custos dos serviços prestados		(203.850)	(213.286)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(31.871)	(30.463)
Comerciais, administrativas e contingências		(3.004)	(2.673)
Valor adicionado bruto		234.099	197.643
Depreciações e amortizações		(13.644)	(11.451)
Valor adicionado líquido PRODUZIDO PELA COMPANHIA		220.455	186.192
Valor adicionado recebido em transferência		4.393	2.177
Receitas financeiras	28	4.393	2.177
Valor adicionado total a distribuir		224.848	188.369
Distribuição do valor adicionado		224.848	188.369
Pessoal		98.396	88.199
Remuneração direta		70.562	64.075
Benefícios		23.797	20.509
F.G.T.S.		4.037	3.615
Impostos, taxas e contribuições		95.567	81.675
Federais		45.858	36.697
Estaduais		587	522
Municipais		49.122	44.456
Remuneração de capital de terceiros		16.827	12.537
Juros		14.819	8.891
Aluguéis		2.008	3.646
Remuneração de capital próprio		14.058	5.958
Lucro líquido do exercício		14.058	5.958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Logística Ambiental de São Paulo S.A - Loga (“Companhia”), situada à Avenida Marechal Mario Guedes, 221- Jaguaré - Município de São Paulo - SP, é concessionária pública dos serviços divisíveis de limpeza urbana do setor denominado noroeste na cidade de São Paulo, em conformidade com o contrato nº 027/SSO/2004, firmado em 6 de outubro de 2004, com duração de 20 anos prorrogáveis por até 20 anos adicionais, o qual foi iniciado em 13 de outubro de 2004.

A Loga é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como acionistas a Vega Valorização de Resíduos S.A. (“VVR”), detentora de 62,347% das ações e a P.N.A.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A (“PNASPE”), com participação de 37,653%.

A VVR é acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011 quando a sua então controladora, Vega Engenharia Ambiental S.A., realizou uma cisão parcial de seu acervo líquido viabilizando a transferência da totalidade do investimento por ela detido na Loga, bem como de determinados passivos e ativos, para a VVR, companhia constituída pelo Grupo Solvi com objetivo específico de participar do capital de outras companhias. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura do Município de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011.

Igualmente, a PNASPE é acionista da Companhia desde 3 de outubro de 2011 por compra das ações da Cavo Serviços e Meio Ambiente S.A.. Conforme requerido pelo contrato de concessão, a transferência do controle da Companhia foi devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura Municipal de São Paulo - SP (Poder Concedente), conforme ofício datado de 11 de julho de 2011.

Contrato de concessão

Pela exploração do objeto da concessão, o Poder Concedente efetua pagamentos mensais fixos, tendo sido utilizados, para efeito de cálculo, os valores constantes da proposta vencedora da licitação. A Prefeitura do Município de São Paulo aprovou, em julho de 2014, reajuste contratual da tarifa mensal no total de 1,58% para um novo serviço de coleta urbana aos domingos e 2,03% para expansão da Coleta Seletiva a partir de Janeiro de 2015.

O contrato de concessão só poderá ser declarado extinto nas seguintes hipóteses: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação com pagamento de indenização no valor dos bens que reverterem ao Poder Concedente; (iii) caducidade por parte da Prefeitura Municipal; (iv) rescisão amigável ou judicial; (v) anulação por ilegalidade; ou (vi) falência ou extinção da Concessionária.

Os bens imprescindíveis à execução dos serviços de limpeza urbana objeto do presente contrato reverterão em favor do Poder Concedente após a extinção da concessão e incluem o sistema existente quando do início da operação e os bens e infraestrutura adquiridos ou construídos pela Concessionária, ao longo do contrato de concessão, que sejam utilizados na prestação dos serviços.

Os veículos adquiridos pela Companhia, composto por caminhões no valor contábil de R\$2.218 (R\$21.997 em 2014) estão classificados no ativo imobilizado (nota explicativa nº 14), pois não são considerados como bens reversíveis pela Administração da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou receita bruta de R\$ 472.709 (R\$450.623 em 2014), composta por R\$1.225 (R\$19.577 em 2014) em construção (vide nota explicativa nº23) e R\$471.484 (R\$431.046 em 2014) em prestação de serviços. A receita reconhecida com relação à construção em 2015 representa o valor justo dos investimentos realizados, com margem de retorno zero, considerando que a Administração da Companhia entende que o retorno é obtido sobre a receita de prestação de serviços de coleta.

Reequilíbrio quinquenal

O reequilíbrio é um mecanismo contratual aplicável a cada cinco anos, para adequar as receitas à realidade dos custos e obrigações de investimentos da concessionária. Em 26 de dezembro de 2012, foi concluído o primeiro reequilíbrio tarifário quinquenal referente ao período de 2004 a 2009. Entretanto, vale ressaltar que o contrato foi apenas parcialmente reequilibrado, pois conforme descrito no próprio Termo de Compromisso Ambiental assinado, o Poder Concedente reconhece alguns eventos ocorridos entre os anos de 2010 a 2012 como fatores de desequilíbrio da relação contratual. Além disso, ficou pendente de avaliação o item de atualização do fator de redução de custos operacionais incidido em todos os anos da Concessão, de forma provisória, com base nos custos ocorridos no 1º ano do contrato, não refletindo, portanto, a realidade dos anos posteriores. Estes pontos serão tratados no próximo reequilíbrio ordinário, já evocado em outubro de 2014 e com trabalho de análise pela Amlurb iniciado, mas ainda sem definição de prazo para conclusão. Por fim, no Termo de Compromisso Ambiental assinado em 2012, também foi reconhecido que por advir de decisões de competência de diferentes Secretarias Municipais, a dívida da Municipalidade para com a Companhia em razão de terceirização imprevista de aterro, por ela procedida no aguardo da disponibilização da área a ser desapropriada pelo Poder Concedente para implantação e operação do novo aterro sanitário municipal, deverá ser apurado apartado do documento assinado, por Comissão instituída pelo Poder Concedente. Neste momento, serão observados: deslizamento do investimento e operação do novo aterro sanitário, incluindo o deslizamento do investimento da estação de tratamento de efluentes do novo aterro sanitário e a terceirização de aterro a partir do 7º ano até não mais o final do 11º ano conforme consta no TCA 2012, mas em período ainda a ser avaliado pelo Poder Concedente, visto que não há mais tempo hábil para o cumprimento desta meta e até o momento não houve definição quanto ao terreno a ser implantado. É relevante ressaltar que esta Comissão foi criada em 2014 com prazo para conclusão dos trabalhos em 25 de outubro do mesmo ano, mas não houve qualquer pronunciamento até o presente momento.

Neste contexto, como as obrigações contratuais ainda serão tratadas, não foi efetuada neste exercício uma provisão para investimentos futuros.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 01 de março de 2016.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 14** -Imobilizado - estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação e amortização

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possam vir a resultar em ajustes de exercício subsequentes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 13** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 20** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- **Nota explicativa 14** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - preços cotados estão disponíveis em mercados com liquidez elevada para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Mercados com liquidez elevada são aqueles nos quais transações para o ativo ou passivo em questão ocorrem com uma frequência suficiente e em volumes que permitam obter informações sobre preços a qualquer momento. O Nível 1 consiste principalmente em instrumentos financeiros tais como: derivativos, ações e outros ativos negociados em bolsas de valores.
- **Nível 2** - preços utilizados são diferentes dos preços cotados em mercados com liquidez elevada incluídos no Nível 1, porém que sejam direta ou indiretamente observáveis na data do reporte. Nível 2 inclui instrumentos financeiros valorizados utilizando algum tipo de modelagem ou de outra metodologia de valorização. Estes são modelos **padronizados** de mercado que são amplamente utilizados por outros participantes, que consideram diversas premissas, inclusive preços futuros de commodities, valores no tempo, fatores de volatilidade e preços atuais de mercado e contratuais para os instrumentos subjacentes, bem como quaisquer outras medições econômicas relevantes. Praticamente todas estas premissas podem ser observadas no mercado ao longo do prazo do instrumento em questão, derivados a partir de dados observáveis ou substanciadas por níveis que possam ser observados onde são executadas transações no mercado. Instrumentos que se enquadram nesta categoria incluem derivativos não negociados em bolsas, tais como contratos de swap ou futuros e opções de balcão.
- **Nível 3** - as fontes de informação sobre preços utilizados incluem fontes que geralmente são menos observáveis, mas que possam partir de fontes objetivas. Estas fontes podem ser usadas junto com metodologias desenvolvidas internamente pela Companhia, que resultem na melhor estimativa da Administração de valor justo. Na data de cada balanço, a Companhia efetua uma análise de todos os instrumentos e inclui dentro da classificação de Nível 3 **todos** aqueles cujo valores justos estão baseados em informações geralmente não observáveis. A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas subsequentes:

- (a) Receita
- (b) Receitas financeiras e despesas financeiras
- (c) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)
- (d) Imobilizado
- (e) Contratos de concessão
- (f) Instrumentos financeiros
- (g) Transações em moedas estrangeira
- (h) Provisões
- (i) Benefícios a empregados
- (j) Imposto de renda e contribuição social
- (k) Demonstração do valor adicionado

a. Receita

A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda ou prestação de serviços.

Receita de serviços prestados - Resíduos

As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de limpeza pública, coleta, tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou tempo de duração) do trabalho executado, após aprovação do Poder Concedente, e de acordo com o regime de competência, com base nos valores definidos e acordados em contrato.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas sobre rendimentos de fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e descontos concedidos.

c. Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Companhia não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, menos a depreciação acumulada e provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº14.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Contratos de concessão

(i) Características do contrato de concessão

No dia 30 de novembro de 2006, o IFRIC publicou o IFRIC 12 - Contratos de Concessão, que regula o tratamento contábil que deve ser aplicado pelo concessionário em relação aos contratos de concessão, a partir dos exercícios encerrados após 1 de janeiro de 2008. Em 2010, o CPC emitiu o ICPC 1, aplicável para os exercícios findos a partir de 1 de janeiro de 2010.

Esta interpretação apresenta características comuns aos contratos de concessão:

- contratos de concessão envolvem a prestação de serviços públicos e a administração de infraestrutura relacionada ao serviço, que é concedida ao concessionário;
- a parte que concede o contrato de prestação de serviço (concedente) é um órgão público ou uma entidade pública, ou entidade privada para qual foi delegado o serviço;
- o concessionário é responsável ao menos por parte da gestão da infraestrutura e serviços relacionados, não atuando apenas como mero agente em nome do concedente;
- o contrato estabelece o preço inicial a ser cobrado pelo concessionário, regulamentando suas revisões durante toda sua vigência;

- o concessionário fica obrigado a entregar a infraestrutura ao Poder concedente em determinadas condições especificadas no final do contrato, por pequeno ou nenhum valor adicional, independentemente de quem tenha sido o seu financiador.

(ii) *Direitos sobre a infraestrutura*

A infraestrutura usada pela Companhia, sujeita ao contrato de concessão é controlada pelo Poder concedente, conforme previsto na ICPC 1, quando:

- o concedente controla ou regulamenta quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o preço;
- o concedente controla - por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma - qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final da vigência do contrato de concessão.

(iii) *Direito a remuneração*

Conforme a norma, o concessionário possui o direito de receber remuneração sobre a construção da infraestrutura do contrato de concessão, sendo:

- um ativo financeiro quando tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei.
- um ativo intangível quando recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

Quando o Poder concedente tiver uma obrigação de pagamento para só parte do investimento, é reconhecido o valor de ativo financeiro pela quantia garantida pelo concedente e o excesso que não é garantido pelo concedente é reconhecido como ativo intangível ("modelo bifurcado").

O valor amortizável da infraestrutura registrada como ativo intangível é apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.

Ativos que o concessionário recebe acesso pelo Poder concedente, sem qualquer contraprestação (bens doados) não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(iv) *Receita de contratos de concessão*

A receita relacionada a serviços de construção e melhoria de contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio de conclusão do trabalho executado. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período em que os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais do que um serviço no contrato de concessão, a contraprestação recebida é alocada por referência ao valor justo dos serviços entregues conforme melhor estimativa da Administração.

f. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalente de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital Social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

g. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

h. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisão para contingências

Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante.

As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados.

i. Benefícios a empregados

(i) Previdência privada

Aos empregados que aderiram ao plano, a Companhia provê um plano de previdência privada. Trata-se de um plano multipatrocinado, na modalidade de contribuição definida, que conta também com contribuições dos beneficiários.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

(ii) Participação nos lucros

A Companhia reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores (que também são empregados) com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

k. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elabora a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado a qual apresenta como parte integrante das suas demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo:

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e em suas divulgações.

O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs.

As normas descritas anteriormente foram emitidas, mas ainda não haviam entrado em vigor até 31 de dezembro de 2015. A Companhia pretende adotar tais normas quando entrarem em vigor.

8 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. Risco de mercado

Risco de câmbio

As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de empréstimos e financiamentos e debêntures. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço.

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição Patrimonial	Exposição	Taxa média de juros Efetiva em 31/12/2015	Cenários				
			I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV -(25%)	V -(50%)
Empréstimos e financiamentos	56.940	10,82	62.302	67.752	73.202	56.852	51.401
Debêntures	50.000	17,04	51.032	51.290	51.548	50.774	50.516
		Efeito	<u>113.334</u>	<u>119.042</u>	<u>124.750</u>	<u>107.626</u>	<u>101.917</u>

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC, CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e debêntures.

A Companhia monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida.

- **Risco de preços**

Os valores das tarifas dos serviços prestados são reajustados de acordo com índices definidos no Contrato de Concessão, considerando a variação na estrutura de custos e de mercado da Companhia, nas características dos sistemas e serviços concedidos e em eventuais estímulos à eficiência e à modalidade das tarifas. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

- **Risco de contrato de concessão**

O risco de contrato de concessão está atrelado diretamente ao não cumprimento das obrigações definidas em cláusulas contratuais, bem como os direitos serem garantidos pelo Poder Concedente.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Notas		
	Explicativas	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	10	49.430	23.063
Contas a receber de clientes e outros créditos	11	99.762	102.245
		<u>149.192</u>	<u>125.308</u>

Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

c. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras, financiamento doméstico e

debêntures. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispunha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2015	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos(a)	26.251	19.224	23.907	5.530	74.912
Debêntures(a)	8.173	19.226	47.042	-	74.441
Fornecedores e outras contas a pagar	48.544	-	-	-	48.544
	<u>82.968</u>	<u>38.450</u>	<u>70.949</u>	<u>5.530</u>	<u>197.897</u>

- (a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

Adicionalmente, conforme estabelecido em contratos de financiamentos existentes, a Companhia compromete-se com *covenants* financeiros estabelecidos com o intuito de garantir o controle do endividamento da Companhia em função do caixa operacional gerado e a capacidade da Companhia em honrar o pagamento de suas dívidas. Os *covenants* e suas metas foram estabelecidos pelos próprios agentes financiadores dentro de condições normais de mercado, conforme nota explicativa nº 17.

A Companhia monitora continuamente a evolução e a projeção dos *covenants* estabelecidos para avaliar a necessidade de revisões de orçamento e estabelecimento de planos de contenção de custos e despesas

Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40, “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”, o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos.

Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A Companhia adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2015 e 2014 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	Nota	2015	2014
	Explicativa		
Total do passivo circulante e não circulante		208.253	204.988
(-) Caixa e equivalentes de caixa	10	(49.430)	(23.063)
Dívida líquida		158.823	181.925
Patrimônio líquido		23.908	24.506
Índice de alavancagem		6,64	7,42

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia	valor justo	Categoria	2015		2014	
				Valor	Valor	Valor	Valor
				contábil	justo	contábil	justo
Ativos financeiros:							
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2		Valor justo por meio do resultado	49.430	49.430	23.063	23.063
Contas a receber de clientes e outros créditos	-		Empréstimos e recebíveis	99.762	99.762	102.245	102.245
Total				149.192	149.192	125.308	125.308
Passivos financeiros:							
Fornecedores e outras contas a pagar	-		Passivos financeiros ao custo amortizado	48.544	48.544	47.288	47.288
Empréstimos e financiamentos	Nível 2		Passivos financeiros ao custo amortizado	62.302	62.302	115.400	115.400
Debêntures	Nível 2		Passivos financeiros ao custo amortizado	51.032	54.341	-	-
Total				161.878	165.187	162.688	162.688

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- O valor justo é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de mensuração. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2.

Nesse método, os preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos não são considerados, apenas os preços cotados observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

9 Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

10 Caixa e equivalentes de caixa

São compostos com segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	27	12
Bancos	223	97
Aplicações Financeiras	<u>49.180</u>	<u>22.954</u>
	<u>49.430</u>	<u>23.063</u>

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 94,5% (71,1% em 2014) do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

11 Contas a receber de clientes e outros recebíveis

As contas a receber de clientes e outros créditos são compostas como segue:

	Nota	2015	2014
	Explicativa		
Prefeitura Municipal de São Paulo:			
Valores faturados		9.141	17.832
Medição dos serviços prestados		43.177	39.192
Ativo financeiro (recebível da concessão)	30b	43.421	42.196
Cientes Privados:			
Valores faturados – venda de sucata		-	2
Partes Relacionadas	21	148	275
Outras contas a receber		<u>3.875</u>	<u>2.748</u>
Total		<u>99.762</u>	<u>102.245</u>
Circulante		46.444	51.600
Não Circulante		<u>53.318</u>	<u>50.645</u>
		<u>99.762</u>	<u>102.245</u>

A exposição ao risco de crédito da Companhia está limitado ao valor das contas a receber mencionadas acima.

O aging list das contas a receber é composta como segue:

	2015	2014
Valores a vencer	89.143	45.049
Vencidos:		
Até 30 dias	33	39.601
Entre 91 e 180 dias	20	62
Entre 181 e 360 dias	77	86
Acima de 360 dias (a)	<u>10.489</u>	<u>17.447</u>
	<u>99.762</u>	<u>102.245</u>

- (a) O saldo acima de 360 dias refere-se a serviços extracontratuais realizados à Prefeitura de São Paulo, que ocorreram nos períodos de 2007, 2009 e 2013.

O ativo financeiro no montante de R\$43.421 (R\$42.196 em 2014) refere-se à infraestrutura que vem sendo construída ou adquirida pela Companhia e que será reversível ao Poder concedente, ao término do contrato de concessão. Conforme contrato, a Companhia vem sendo remunerada por esses investimentos conforme vida útil do respectivo ativo.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na nota explicativa nº8.

Dos saldos vencidos a mais de 180 e 360 dias, refere-se a clientes públicos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é considerada exclusivamente para clientes privados. A Companhia não constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para clientes públicos tendo em vista o histórico de recebimento.

12 Imposto a recuperar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
IRPJ	1.222	7.080
CSLL	10	2.112
Cofins	1.639	4.817
Pis	356	1.061
Outros	86	87
	<u>3.313</u>	<u>15.157</u>

A variação refere-se ao reajuste do contrato de destinação de resíduo, que teve seu preço atualizado no último trimestre de 2014, adequando os preços incorridos ao longo do exercício, gerando créditos que foram compensados em 2015.

13 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía registrados passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos relacionados com diferenças temporárias representadas por provisões não dedutíveis e lucros não realizados oriundos de valores a receber da municipalidade, conforme permitido pela Legislação do Imposto de Renda. A composição desses diferidos é como segue:

	<u>Nota</u> <u>Explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos		(7.780)	(7.408)
Provisões		9.442	8.903
Provisão para participação nos resultados	18	2.651	2.045
Efeito RTT de 2014 (a)		1.920	1.920
Base total final		<u>6.233</u>	<u>5.460</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos - 34%		<u>2.119</u>	<u>1.856</u>
Provisão para o não-reconhecimento do imposto diferido sobre diferenças temporárias		53	(19)
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos, líquidos		<u>2.172</u>	<u>1.837</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		7.428	6.966
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		(5.256)	(5.129)

- (a) A ser amortizado de acordo com o prazo final da concessão conforme determina a lei nº12.973/14.

Reconciliação da taxa efetiva

A reconciliação da provisão para Imposto de Renda e contribuição social, tendo como base as alíquotas vigentes e o débito efetivo reconhecido no resultado, é como segue:

Logística Ambiental de São Paulo S.A. - Loga
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e da contribuição social	21.305	8.396
Efeito RTT	-	(1.007)
	<u>21.305</u>	<u>7.388</u>
Alíquotas - %	34%	34%
	(7.244)	(2.512)
Efeito do Imposto de Renda e da contribuição social sobre:		
Brindes e multas indedutíveis	(45)	(11)
Provisão para gratificação, bônus e doações	(176)	(172)
Participação dos resultados no exercício	(129)	(128)
Lei do bem	-	248
IFRS	(75)	(342)
Outras diferenças permanentes	422	479
Imposto de Renda e contribuição social reconhecidos, líquidos	<u>(7.247)</u>	<u>(2.438)</u>
Corrente	(7.582)	(2.855)
Diferido	335	417
	<u>(7.247)</u>	<u>(2.438)</u>
Taxa efetiva	34,02%	29,04%

14 Imobilizado

O saldo é composto como segue:

		<u>2015</u>			<u>2014</u>
	Tx Anual %	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	24.266	-	24.266	24.266
Máquinas e equipamentos	10%	6.976	(2.450)	4.526	4.545
Veículos	20%	70.309	(45.873)	24.436	34.677
Móveis, utensílios e outros	10%	1.175	(686)	489	515
Equipamentos de informática	20%	2.327	(1.382)	945	1.048
Imobilizado em andamento	-	4.371	-	4.371	2.175
		<u>109.424</u>	<u>(50.391)</u>	<u>59.033</u>	<u>67.226</u>

As mutações do imobilizado estão demonstradas conforme segue:

	2014	Aquisição	Baixa	Transferência	2015
Custo:					
Terrenos	24.266	-	-	-	24.266
Máquinas e equipamentos	6.703	498	(225)	-	6.976
Veículos	86.025	2.218	(17.934)	-	70.309
Móveis, utensílios e outros	1.112	85	(22)	-	1.175
Equipamentos de informática	2.208	238	(119)	-	2.327
Benfeitorias em bens de terceiros	-	-	-	-	-
Imobilizado em andamento	2.175	2.196	-	-	4.371
	<u>122.489</u>	<u>5.235</u>	<u>(18.300)</u>	<u>-</u>	<u>109.424</u>
Benfeitorias em bens de terceiros	-	(27)	27	-	-
Máquinas e equipamentos	(2.158)	(464)	172	-	(2.450)
Veículos	(51.348)	(12.459)	17.934	-	(45.873)
Móveis, utensílios e outros	(597)	(106)	17	-	(686)
Equipamentos de informática	(1.160)	(340)	118	-	(1.382)
	<u>(55.263)</u>	<u>(13.396)</u>	<u>18.268</u>	<u>-</u>	<u>(50.391)</u>
Imobilizado, líquido	<u>67.226</u>	<u>(8.161)</u>	<u>(32)</u>	<u>-</u>	<u>59.033</u>

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment)

Em 2015 a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

15 Fornecedores e outras contas a pagar

	Nota	2015	2014
	<u>Explicativa</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores		25.930	27.659
Partes relacionadas	21	22.614	19.629
		<u>48.544</u>	<u>47.288</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados à fornecedores e a outras contas a pagar são divulgadas na nota explicativa n°8.

16 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez, veja nota explicativa n°8.

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
FINAME	TJLP+ de 3,10%a.a a 5,70%a.a e pré-fixada de 4% a.a. a 9,40% a.a.	De jan/2016 a jan/2020	22.353	26.490
Capital de Giro	CDI + 2,50% a.a.	De dez/2016 a jul/2018	19.169	62.307
Conta Garantida	CDI + 3,05% a.a.	Fev/2015	-	2.878
BNDES	TJLP+ de 1,40 a 2,40 e Pré-fixada de 3,50% a.a.	De dez/2021 a dez/2023	20.780	23.725
			<u>62.302</u>	<u>115.400</u>
Circulante			22.675	62.967
Não circulante			<u>39.627</u>	<u>52.433</u>
			<u>62.302</u>	<u>115.400</u>

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
2016	-	15.444
2017	14.920	13.170
2018	9.929	9.660
2019	6.331	6.054
2020	3.173	3.114
2021	3.184	3.114
2022	1.040	939
2023	1.050	938
	<u>39.627</u>	<u>52.433</u>

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade FINAME, estão garantidos por veículos no valor contábil de R\$ 26.068 (R\$26.499 em 2014).

Os empréstimos e financiamentos da Companhia, na modalidade BNDES (também CEF - FINISA), estão garantidos por Fiança Bancária, quando necessário, no valor contábil de R\$30.122 (R\$23.727 em 2014). Os empréstimos e financiamentos da Companhia não possuem cláusulas restritivas de contrato (covenants).

17 Debêntures

Debêntures

	<u>Série</u>	<u>Emissão</u>	<u>Valor</u>
Logística Ambiental de São Paulo S.A.	Única	15/05/2015	50.000
			<u>50.000</u>

Valores contábeis incluindo juros e pagamento de principais em 31/12/2015:

2015

Em 15 de maio de 2015, a Companhia emitiu em série única 50 debêntures simples nominativas, no valor unitário de R\$1.000, totalizando uma captação de R\$50.000. Tais debêntures são de espécie quirografária, não conversíveis em ações, com garantia adicional real fidejussória, sem emissão de cautelas ou certificados.

As debêntures foram colocadas com esforços restritos pelo Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, coordenador líder da emissão.

As debêntures serão remuneradas a taxa de 100% das taxas médias diárias dos depósitos Interfinanceiros - DI, divulgado pela CETIP, acrescidas de uma sobretaxa equivalente de 2,90% ao ano.

A amortização será trimestral a partir de 15 de maio de 2017 do valor nominal unitário e consecutivas. O vencimento final da operação ocorrerá em 15 de maio de 2020.

Garantias e cláusulas restritivas (covenants)

As Debêntures são garantidas por fiança da Solvi Participações S.A em 62,35% e Estre Ambiental S.A. em 37,65%. Cada uma das fiadoras é responsável proporcionalmente ao montante da obrigação.

O instrumento de emissão de debêntures estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) que podem caracterizar evento de inadimplemento e, portanto, o vencimento antecipado das debêntures. Exige-se a observação do cumprimento do índice: IAC - Índice de Alavancagem Consolidada, que é apresentado através do cálculo de empréstimos e financiamento menos disponibilidade dividido pelo EBITIDA, e o resultado deve ser inferior a 2,65. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2015.

18 Salários, benefícios e encargos

São compostos como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários	3.411	3.415
Encargos trabalhistas	1.489	1.609
Férias	9.335	8.307
Participação nos resultados	2.651	2.045
	<u>16.886</u>	<u>15.376</u>

Benefício de previdência privada

Aos empregados que aderiram, a Companhia provê um plano de previdência privada. Esse plano multipatrocinado, de contribuição definida, conta também com contribuições dos beneficiários. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os custos incorridos com a manutenção do plano somaram R\$31 (R\$207 em 2014), os quais foram reconhecidos diretamente no resultado.

19 Impostos, taxas e contribuições a recolher

São compostos como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
ISS sobre serviço	2.625	2.491
PIS sobre serviço	1.590	2.151
COFINS sobre serviço	7.328	9.907
Pis/COFINS/CSLL retidos	183	98
IR Fonte	361	348
Outros	409	380
	<u>12.496</u>	<u>15.375</u>

20 Provisões

São compostos como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contingências	4.322	3.855
Total	<u>4.322</u>	<u>3.855</u>

a. Contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de dezembro de 2015, a provisão perfaz o montante de R\$4.322 (R\$3.855 em 2014), o qual, conforme a Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Os processos judiciais da Companhia em 31 de dezembro de 2015, passíveis de provisão, é como segue:

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2013	1.323	1.721	3.044
Adições	366	1.742	2.108
Reversões	(132)	(1.318)	(1.450)
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados	(220)	373	153
Saldo em 31/12/2014	<u>1.337</u>	<u>2.518</u>	<u>3.855</u>
Adições	596	2.243	2.839
Reversões	(12)	(2.076)	(2.088)
Depósitos judiciais relacionados aos processos provisionados	(464)	180	(284)

A Companhia possui outras ações judiciais em andamento, compostas por reclamações trabalhistas e cíveis, cujo parecer do assessor jurídico externo da Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, no montante de R\$6.475 (R\$26.069 em 2014). Portanto, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os processos com essa classificação não possuem necessidade de provisão.

Está em curso uma ação cível movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que questiona o processo licitatório que deu origem ao contrato de concessão. Na opinião do advogado contratado pela Loga para sua defesa, a chance de êxito da Companhia nessa ação é provável, pois a Companhia foi constituída com o propósito específico de executar, sob o regime de concessão, em atendimento aos dispositivos previstos no contrato de concessão nº 27/SSO/04, os serviços de limpeza urbana da cidade de São Paulo, para região denominada “Agrupamento Noroeste”, sendo a Prefeitura Municipal de São Paulo - PMSP, a única cliente da Companhia.

21 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia creditou a seus administradores, salários, benefícios e remuneração variável no montante de R\$3.654 (R\$ 2.389 em 2014).

b. Outras transações com partes relacionadas

Os saldos a receber e a pagar e as transações com empresas relacionadas ao Grupo Solvi e o Grupo P.N.A.S.P.E. em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, são demonstrados como segue:

	Saldo de		Saldo de		Receitas	
	Contas a Receber		Contas a pagar		(Despesas)	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Prestação Serviços Administrativos e outros:						
Solvi Participações S.A.	-	-	-	304	149	(273)
Instituto Solvi	111	274	58	91	-	-
Essencis Soluções Ambientais S.A.	-	-	18.459	15.836	(95.348)	(96.140)
Prameq Industria e Comércio Ltda	-	-	-	25	-	-
Vega Engenharia Ambiental S.A.	-	-	-	234	-	-
Revita Engenharia S.A.	19	-	-	-	-	-
GPO - Gestão de Projetos e Obras Ltda	-	1	1.393	-	-	-
Inova Gestão de Resíduos Urbanos S.A.	18	-	-	-	-	-
Estre Ambiental S.A.	-	-	-	-	(4.568)	-
UTR - Unidade de Tratamento de Resíduos S.A.	-	-	2.047	2.482	-	-
	<u>148</u>	<u>275</u>	<u>21.957</u>	<u>18.972</u>	<u>(99.767)</u>	<u>(96.413)</u>
Reembolsos Administrativos e outros:						
Solvi Participações S.A.	-	-	-	-	(3.608)	(3.262)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(3.608)</u>	<u>(3.262)</u>
Juros sobre capital próprio						
VVR - Vega Valorização de Resíduos S.A.	-	-	657	657	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>657</u>	<u>657</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>148</u>	<u>275</u>	<u>22.614</u>	<u>19.629</u>	<u>(103.375)</u>	<u>(99.675)</u>

As contas a pagar para a Essencis Soluções Ambientais S.A. (controlada direta da Solvi Participações S.A.) referem-se aos serviços operacionais referentes à disposição dos resíduos coletados pela Companhia no aterro de Caieiras, pertencente à parte relacionada.

As contas a pagar para a Unidade de Tratamento de Resíduos S.A. (controlada direta da Estre Ambiental S.A.) referem-se ao tratamento e transporte de resíduos sólidos dos serviços de saúde.

As despesas operacionais registradas em operações junto à controladora Solví Participações S.A. referem-se a serviços corporativos e despesas compartilhadas.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2015 e 2014 está representado por 60.650.000 ações ordinárias nominativas, com valor de R\$1,00 cada e valor total de R\$60.650. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontram-se integralizadas 19.923.133 ações, no valor total de R\$19.923.

b. Reserva de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital.

c. Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 20% do capital social, ressalvadas as hipóteses previstas em lei, efetuada “*ad referendum*” da Assembleia Geral.

23 Receita operacional líquida

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita bruta de serviços:		
Clientes públicos	467.509	427.542
Clientes privados	36	51
Total receita bruta de serviços	467.545	427.593
Receita de construção (a)	5.164	23.030
Total receita bruta	472.709	450.623
Impostos incidentes sobre as vendas:		
ISS	(23.572)	(21.550)
PIS	(7.779)	(7.112)
COFINS	(35.833)	(32.760)
ICMS	(8)	(37)
	<u>(67.192)</u>	<u>(61.459)</u>
Receita operacional líquida	405.517	389.164

(a) A variação da receita de construção refere-se a conclusão do bem reversível “Transbordo Ponte Pequena” em 2014.

24 Custos dos serviços prestados

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Salários e Encargos	(105.880)	(95.866)
Mão-de-Obra	(24)	(43)
Aluguel	(5.835)	(6.524)
Depreciações	(13.176)	(10.964)
Materiais aplicados nos serviços	(29.819)	(26.478)
Serviços de terceiros(a)	(168.205)	(174.402)
Outros custos de produção	(36.311)	(30.547)
Custo de bens reversíveis	(5.164)	(23.030)
Créditos fiscais	20.811	20.795
Total	<u>(343.603)</u>	<u>(347.059)</u>

- (a) As principais naturezas em serviços de terceiros é referente a manutenção de veículos , transportes de resíduos, destinação de aterro e serviços de incineração.

25 Despesas comerciais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Patrocínio, brindes e doações	(110)	(248)
Propaganda e publicidade(a)	(193)	(3.155)
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	-	(4)
Outros	(32)	(86)
	<u>(335)</u>	<u>(3.493)</u>

- (a) No ano de 2014 ocorreu um incentivo ao Programa “Eu Jogo Limpo com São Paulo” para fins de educação e conscientização ambiental, cujo escopo é o descarte correto de resíduos e diminuição de produção de resíduos sólidos com preservação e manutenção da limpeza urbana.

26 Despesas gerais e administrativas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remuneração direta mão de obra	(5.724)	(4.846)
INSS	(1.050)	(898)
FGTS	(264)	(221)
Benefícios	(903)	(785)
Depreciação	(468)	(488)
Serviços de terceiros (a)	(17.035)	(12.160)
Viagens e estadias	(104)	(155)
Tributos, seguros e contribuições	(820)	(775)
Outros	(342)	(482)
	<u>(26.710)</u>	<u>(20.810)</u>

- (a) Refere-se a despesas compartilhadas com a empresa Solví Participações S.A. no valor R\$3.608 (R\$3.262 em 2014) conforme nota explicativa nº 21 e consultoria administrativa-financeira.

27 Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas eventuais	95	89
Despesas e provisão contingenciais	(2.450)	(2.108)
Resultado venda de imobilizado	1.609	617
Patrocínio	(474)	(303)
Resultado de investimentos	(227)	(240)
Multa contratual(a)	(1.362)	-
Outras despesas e receitas	<u>(125)</u>	<u>(25)</u>
	<u>(2.934)</u>	<u>(1.970)</u>

(a) Multa contratual por descumprimento de cláusulas contratuais com a Prefeitura Municipal de São Paulo.

28 Receitas (despesas) financeiras

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.993	1.057
Juros recebidos e descontos obtidos	<u>1.400</u>	<u>1.120</u>
	4.393	2.177
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(1.125)	(599)
Despesas c/juros e descontos concedidos	(16)	(9)
Despesas multas e moras financeiras	(62)	(20)
Tributos sobre movimentações financeiras	(204)	(722)
Juros sobre financiamento	<u>(13.616)</u>	<u>(8.263)</u>
	<u>(15.023)</u>	<u>(9.613)</u>
Total de receitas e despesas financeiras, líquidas	<u>(10.630)</u>	<u>(7.436)</u>

29 Cobertura de seguros

A administração da Companhia entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura dos seguros contratados pela Companhia estava composta da seguinte forma:

- Danos Materiais: R\$3.650 e
- Responsabilidade Civil: R\$5.500.

30 Contrato de concessão

a. Direitos sobre a infraestrutura

Conforme disposto pela ICPC 01, a infraestrutura construída ou adquirida junto a terceiros pela Companhia para o cumprimento do contrato de prestação de serviços não deverá ser registrada como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle (exceto de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos.

É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Os bens reversíveis anteriormente classificados no ativo imobilizado estão registrados no ativo financeiro.

b. Ativo financeiro

A Companhia reconhece um ativo financeiro à medida que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelo serviço de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento.

A Companhia registrou ativos financeiros conforme detalhamento abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Transbordo	18.107	20.183
Edificações	324	324
Benfeitorias	1.520	1.482
Conteineres	6.915	6.772
Centros de Triagem	10.272	11.426
RSSS Un. Treinamento	3.985	6
Tr. Anhanguera	2.227	1.932
Col. Mecanizada	71	71
Total	43.421	42.196